

Gerardo Almgela



**ESPERANÇA** Paim diz que livro transmite a idéia de que vale a pena lutar por um mundo melhor

## Paim usa poesia para protestar contra injustiça

Uma homenagem a heróis anônimos. Assim o senador Paulo Paim definiu seu livro *Cumplicidade*, lançado ontem no Senado na presença de diversas autoridades. Autor do prefácio, o presidente do Senado, José Sarney, considerou *Cumplicidade* "um relato de vida" e o protesto de "um homem do povo, que teima em não se conformar com a injustiça social".

Também discursou na solenidade o diretor-presidente da Lexmark Internacional do Brasil, Leonel José da Costa, que patrocinou a impressão do livro. Ele disse que Paim, além de realizar o sonho de todo ser humano, que é publicar um livro, escreveu uma valiosa história de vida.

## Artistas discutem drama do teatro

Página 8

# Senado mantém cobrança da contribuição sindical

Ao votar projetos de conversão relativos a duas medidas provisórias, Plenário desobstrui pauta e examina outras 11 propostas que aguardavam deliberação. Uma delas é a que derruba portaria do Ministério do Trabalho sobre contribuição sindical

Páginas 3 e 4



**DESOBSTRUÇÃO** Entre Maguito (E), Renan e Roseana, Sarney preside sessão em que foram votados projetos de conversão referentes a duas medidas provisórias

Moreira Mariz



J. Freitas

## LUTA CONTRA A AIDS

A passagem do Dia Mundial de Luta contra a Aids foi marcada, no Congresso, pela manifestação de adolescentes de uma escola pública (foto). O senador Eduardo Siqueira Campos também falou sobre os esforços de prevenção da doença.

Página 7

## Mercadante anuncia acordo para votar projeto das PPPs

Página 5



**INEFICIÊNCIA** Rodolpho Tourinho afirma que governo não tem relação de funcionários terceirizados

## Tourinho quer normas rígidas na terceirização

Perguntas encaminhadas ao então ministro do Planejamento, Guido Mantega, permitiram ao senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) concluir que a contratação de prestadoras de serviços pela administração federal é caótica, ineficiente e custosa. Diante das respostas do então ministro, o parlamentar baiano apresentou projeto (PLS 344/04) com normas mais claras e rígidas para regular a terceirização.

Entre outras frases, Mantega registra que "a terceirização é realizada por meio da contratação do serviço e não pelo número de trabalhadores que o realizam. Destarte, esses dados não são computados separadamente. Por isso, o Ministério do Planejamento não possui informações do número de trabalhadores terceirizados".

A proposta determina que o órgão público contratante receberá, mensalmente, comprovante do pagamento de salários aos funcionários e, bimestralmente, relação dos funcionários contratados. O objetivo é organizar uma série estatística histórica.

Hoje existem mais de 150 ações na Justiça do Trabalho contra órgãos públicos.

# Agenda

## Plenário discute emendas constitucionais

O Plenário realiza hoje, a partir das 14h30, sessão de discussão, em primeiro turno, de propostas de emenda constitucional (PECs). Uma delas (PEC 9/03) modifica o tamanho máximo do lote objeto de usu-

capião especial urbano, enquanto a outra (PEC 87/03) transpõe para os quadros da União os servidores públicos rondonienses contratados nos dez primeiros anos após a criação daquele estado.

## "Seminário Nacional Interlegis"

O Interlegis promove hoje e amanhã, a partir das 9h, a terceira edição do "Seminário Nacional Interlegis". Constam dos temas em debate a relação entre a Constituição e os municípios, o papel do vereador

no cenário político nacional e na sua comunidade, além das experiências da comunidade Interlegis e a formação de comunidades virtuais. Mais informações no endereço [www.interlegis.gov.br](http://www.interlegis.gov.br).

## Relações Exteriores ouve ministro

O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, participa de audiência na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), que se reúne hoje, às 10h. Ele fala sobre o desen-

volvimento das negociações com o Mercosul, a União Européia e outras áreas, além de comentar as atividades da missão de estabilização das Nações Unidas no Haiti.



## Defesa do meio ambiente em pauta

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e a Subcomissão do Meio Ambiente realizam reunião conjunta hoje, às 10h30, com o objetivo de discutir as experiências brasileiras na área de defesa do



meio ambiente, por ocasião da visita da Delegação do Comitê de Ecologia da Duma Estatal da Rússia. Um representante do Ministério do Meio Ambiente participará do encontro.



## Secretário do Tesouro na CMO

O secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Vieira Ferreira Levy, participa da reunião de hoje da Comissão Mista de Orçamento (CMO), às 10h. Levy faz uma avaliação do cumprimento das metas fiscais sobre o último quadrimestre, de acordo com o que está previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal.

## Comissão do Mercosul

A Comissão Conjunta do Mercosul reúne-se hoje, a partir das 9h. Na pauta, mensagem sobre acordo de cooperação policial entre o Brasil e o Uruguai e projeto que declara Santana do Livramento (RS) a cidade símbolo da integração brasileira com os países-membros do Mercosul.

## CPMI da Terra

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da Terra promove reunião administrativa hoje, às 10h. No mesmo horário, a subcomissão que acompanha a "Operação Pororoca", da Polícia Federal, define o roteiro de trabalho; e a Comissão das Terras Indígenas vota o relatório sobre Rondônia.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp)



**NECESSIDADE** Raupp destaca que em Rondônia 93% das propriedades têm menos de 200 hectares

## Raupp pede crédito para agricultores

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) pediu ontem a concessão de crédito agrícola em tempo hábil para pequenos produtores da Amazônia. O senador afirmou que a liberação de crédito hoje impossibilita a safra e dirigiu seu pedido ao governo federal e, particularmente, ao Banco do Brasil e ao Banco da Amazônia.

Segundo ele, o número de unidades produtivas com menos de cem hectares passou de 43,5% do total, em 1975, para 74,1%, 20 anos depois. Em Rondônia, 93% das mais de 85,9 mil propriedades rurais têm área inferior a 200 hectares.



**SERVIÇOS** Quintanilha ressalta que órgão permitiu maior controle sobre receitas e gastos públicos

## Quintanilha homenageia 40 anos do Serpro

O senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) homenageou ontem o aniversário de 40 anos do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), chamando a atenção para a excelência dos serviços prestados pelo órgão.

Criado em 1º de dezembro de 1964 para modernizar e dar agilidade a setores estratégicos da administração pública, a empresa cresceu desenvolvendo programas e serviços que permitiram maior controle e transparência sobre a receita e os gastos públicos, de acordo com o parlamentar tocantinense.

## JORNAL DO SENADO

[www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)  
E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** José Sarney  
**1º Vice-Presidente:** Paulo Paim  
**2º Vice-Presidente:** Eduardo Siqueira Campos  
**1º Secretário:** Romeu Tuma  
**2º Secretário:** Alberto Silva  
**3º Secretário:** Heráclito Fortes  
**4º Secretário:** Sérgio Zambiasi  
**Suplentes de Secretário:** João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciél da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva  
**Diretor da Secretaria de Comunicação Social:** Armando S. Rollemberg  
**Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social:** Helival Rios  
**Diretora do Jornal do Senado:** Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade  
**Especial Cidadania:** Treici Schwengber (61) 311-1620  
**Diagramação:** Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra  
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino  
**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo  
**Arte:** Bruno Bazílio e Cirilo Quartim  
**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 311-3332  
**Circulação e atendimento ao leitor:** John Kennedy Gurgel (61) 311-3333  
**Agência Senado**  
**Diretor:** Antonio Caraballo (61) 311-3327  
**Chefia de reportagem:** Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670  
**Edição:** Helena Daltro Pontual (61) 311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.  
*Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações*

## Acolhido projeto para coibir contrabando

Projeto de lei da Câmara que torna crime a falsificação de selos para controle tributário foi aprovado ontem pelo Plenário do Senado. A matéria (PLC 56/03), enviada pelo Poder Executivo em 1999 e que agora segue para sanção presidencial, tem o objetivo de coibir principalmente o contrabando de cigarros, atividade usual na fronteira do Brasil com o Paraguai.

Incorre no mesmo crime quem comercializa produtos nos quais sejam afixados selos falsificados. As penalidades podem variar de dois a oito anos de reclusão. O projeto recebeu parecer favorável do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA).

## Rejeitada proposta de depósito para financiar moradia

O Plenário rejeitou ontem projeto de Paulo Paim (PT-RS) que aumentava percentuais de depósitos em caderneta de poupança destinados ao financiamento habitacional. A matéria tinha parecer contrário da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde foi relatado pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), mas Paulo Octávio (PFL-DF) apresentou substitutivo ao projeto original.

A proposição tinha tramitação terminativa na CAE, mas houve pedido de votação em Plenário, onde foi finalmente rejeitada.

Em seu parecer, o relator argumentou que o projeto "estaria determinando o nível de depósitos compulsórios, tarefa universalmente delegada à discricionariedade dos bancos centrais".

## ONG sofrerá punição por ação fraudulenta

Aprovado ontem substitutivo ao projeto de lei que acrescenta artigo ao Código Penal para permitir responsabilizar e aplicar punição a organizações não-governamentais (ONGs) que tenham conduta fraudulenta. A punição prevista no projeto é de prisão de dois a cinco anos e multa. A proposta consta do relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das ONGs, que apurou denúncias sobre atuação dessas associações.

Em seu parecer na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) afirmou que a proposta (PLS 9/03) busca coibir condutas nas quais os entes privados são mal utilizados, em prejuízo de terceiros e do interesse público.

# Senado destrava pauta e avança nas votações

## Após aprovarem duas MPs, senadores votaram 11 matérias e examinaram emendas à Constituição

O Senado destravou ontem a pauta do Plenário ao votar dois projetos de lei de conversão. O primeiro (PLV 52/04) alterou a Medida Provisória 205/04 e

dispõe sobre a equalização de taxas de juros em operações de crédito para investimentos na Região Centro-Oeste. O segundo, PLV 53/04, que modificou a MP 206/04, isenta de impostos a produção de livros, entre outros.

Em seguida, os senadores votaram 11 matérias legislativas, entre projetos de lei da Câmara e do Senado, e discutiram em primeiro turno três projetos e

aprovaram cinco requerimentos. Várias propostas de emenda à Constituição (PECs) tiveram prazo contado: PEC 81/03, PEC 9/03, PEC 87/03, PEC 57/03 e a PEC 22/03, que tramita em conjunto com outras duas emendas à Constituição.

A pauta do Senado, entretanto, deve voltar a ficar obstruída hoje, já que a Câmara votou novas medidas provisórias editadas pelo Poder Executivo.



**TRAMITAÇÃO** Pauta do Plenário pode voltar a ficar obstruída hoje, com a chegada de MPs aprovadas na Câmara

## Incentivos a portos e a edição de livros

O Plenário aprovou projeto de conversão (PLV 53/04) da medida provisória (MP 206/04) que muda a tributação sobre ganhos em investimentos no mercado financeiro e de capitais; institui um regime tributário especial para estimular a modernização de portos; e isenta de PIS/Pasep e da Cofins os livros e assemelhados.

O benefício aos livros foi proposto pelo presidente José Sarney e teve Hélio Costa (PMDB-

MG) como relator *ad hoc*.

A mudança na tributação dos investimentos visa estimular a prorrogação do resgate dos títulos da dívida pública interna. O Senado manteve a alteração feita na Câmara, que retirou o artigo que permitia a penhora de 15% do faturamento ou da receita bruta mensal das empresas inscritas na dívida ativa da Fazenda Pública.

O projeto assegurou o Regime Tributário para Incentivo à

Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária, o Reporto, que prevê isenção para vendas de equipamentos destinados a modernizar os portos.

O Plenário manteve a proposta do senador Sarney de conceder isenção de importos para livros editados no Brasil.

Arthur Virgílio (PSDB-AM) assegurou que a oposição aprovaria a proposta, mas criticou a inclusão em uma única MP de 11 alterações tributárias.

## Fundo do Centro-Oeste terá mais recursos

Por meio de subvenção ao Banco do Brasil lastreada com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), o Fundo Constitucional de Financiamento da Região Centro-Oeste terá, até 30 de junho de 2005, mais R\$ 1 bilhão para empréstimos. Pelo projeto de lei (PLV 52/04) aprovado ontem pelo Plenário e relativo à Medida Provisória (MP) 205/04, o Banco do Brasil terá equalização dos juros que poderá ser paga antecipadamente pelo FAT.

Foi excluído crédito para máquinas agrícolas enquadradas no Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas, Implementos e Colheiteiras (Moderfrota), ou na linha de crédito da Finame (Financiadora de Máquinas e Equipamentos, do BNDES), regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional.

O médio produtor rural terá taxa de juros de 8,75% ao ano; o grande produtor rural, juros de 10,75% ao ano; a média empresa,

12% ao ano; e a grande empresa, 14% ao ano. O relator, Maguito Vilela (PMDB-GO), ressaltou a importância da medida.

Ramez Tebet (PMDB-MS) e Lúcia Vânia (PSDB-GO) elogiaram o ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, por cumprir promessa feita à Frente Parlamentar do Centro-Oeste, presidida por Jonas Pinheiro (PFL-MT). Heloísa Helena (PSOL-AL) anunciou voto favorável, mas criticou a omissão aos pequenos produtores.

## Drummond dá nome a aeroporto de Belo Horizonte

Conforme o projeto da Câmara aprovado ontem pelo Plenário, o Aeroporto de Belo Horizonte/Pampulha (MG) passará a ser denominado Carlos Drummond de Andrade, para homenagear o poeta, falecido aos 85 anos, em 1987. A matéria (PLC 83/03), de autoria do deputado Jaime Martins, recebeu parecer favorável do relator, senador Aelton Freitas (PL-MG), na Comissão de Educação (CE). A proposta vai à sanção presidencial.

No encaminhamento da votação, o senador Hélio Costa (PMDB-MG) cumprimentou Aelton Freitas pelo parecer e destacou a importância de homenagear o poeta mineiro, cuja obra é reconhecida internacionalmente.

## Empréstimo para Betim é aprovado em Plenário

O projeto de resolução que autoriza a prefeitura de Betim (MG) a contrair empréstimo de US\$ 24,07 milhões do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) foi aprovado ontem pelo Senado. A proposta (PRS 40/04) passou pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) na terça-feira.

O empréstimo, destinado ao financiamento parcial do Projeto de Revitalização Urbana e Recuperação Ambiental da Bacia do Rio Betim, teve parecer favorável do senador Sérgio Guerra (PSDB-PE).

Outra matéria aprovada foi o projeto (PLC 21/04) que inclui, na relação do Sistema Rodoviário Federal, a interligação das rodovias BR-405 e BR-116, com extremos localizados na Paraíba e no Ceará.

## Criada comissão de desenvolvimento regional

O Plenário aprovou ontem a criação da Comissão de Desenvolvimento Regional, Agrícola e Turismo. A nova comissão permanente da Casa atende a projetos dos senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), Romero Jucá (PMDB-RR), Aelton Freitas (PL-MG), Leonel Pavan (PSDB-SC) e do senador licenciado Amir Lando (PMDB-RO), atual ministro da Previdência Social.

Foi acolhido substitutivo de Alberto Silva (PMDB-PI), em nome da Comissão Diretora do Senado, que agrupou as propostas. Seu parecer teve por base o projeto de ACM (PRS 35/03), que pedia a criação de Comissão de Desenvolvimento Regional, com parecer favorável na Comissão de Justiça (CCJ), relatado por Tasso Jereissati (PSDB-CE).

Fotos: Roosevelt Pinheiro



**TEMOR** Leonel Pavan prevê queda nas vendas de carros a álcool ou bicombustíveis

## Pavan alerta para prejuízos com aumento do álcool

Leonel Pavan (PSDB-SC) disse ontem que os consumidores serão os maiores prejudicados com os aumentos dos combustíveis em razão da elevação dos preços do álcool pelos produtores. Mas esses últimos também poderão sofrer conseqüências em face de uma possível diminuição do consumo, advertiu.

Para o senador, outro reflexo deverá ser a retração nas vendas dos carros a álcool ou bicombustíveis, uma vez que os compradores pensarão duas vezes antes de adquirir um veículo mais caro sem a compensação de preços módicos para o álcool. Pavan criticou o governo por “bater cabeça” sobre a política para os combustíveis.

# Senado revoga portaria do Ministério do Trabalho

■ E mantém benefícios da contribuição sindical para os associados ou não às entidades

O Senado aprovou ontem projeto de decreto legislativo que revoga portaria do Ministério do Trabalho e Emprego sobre contribuição sindical. A portaria determinava que contribuições definidas por assembleias de categorias profissionais somente poderiam ser cobradas dos trabalhadores sindicalizados.

O senador Paulo Paim (PT-RS), autor do projeto (PDS 1.125/04), argumentou, com a concordância do relator José Jorge (PFL-PE), que a medida do ministério é inconstitucional porque apenas o Congresso pode legislar sobre matéria dessa natureza.

Paim disse que deve ser aplicado às contribuições o mesmo princípio segundo o qual os benefícios conseguidos por determinado sindicato são extensivos a toda a categoria

– associados ou não. O senador acrescentou que o debate sobre as contribuições deve ser feito durante a discussão da proposta de reforma sindical, que nem sequer foi enviada pelo governo ao Congresso.

– Enquanto não houver a reforma sindical, acho que a contribuição deve ficar como é hoje – afirmou Paim. O projeto segue agora para a Câmara.

Paulo Paim destacou a presença em Plenário de representantes do Fórum das Confederações de Trabalhadores.

– Estão aqui todas as confederações de trabalhadores do país. Que a gente possa limpar a pauta e votar esse decreto. Porque, isso não acontecendo, a situação financeira dessas entidades ficará muito difícil.

O senador lembrou que o requerimento de votação da matéria tinha a assinatura de todos os líderes partidários. Ele ressaltou também que os representantes das confederações foram recebidos pelo presidente do Senado, José Sarney, que prometeu pôr a matéria em votação tão logo a pauta fosse

desobstruída.

### Igualdade racial

Paim registrou ainda ter recebido em seu gabinete representantes do jornal *Irohin*, publicação organizada pelo movimento negro e que está sendo o principal veículo de divulgação da marcha *Zumbi +10*, que luta para que o Estatuto da Igualdade Racial seja aprovado no próximo ano.

– O estatuto tem como relatora a senadora Roseana Sarney (PFL-MA), que me disse que seu parecer já está pronto. Nós esperamos que este estatuto seja aprovado no ano que vem.

O senador desistiu também de receber em seu gabinete o ator Marcos Frota, que testemunhou a sensibilidade com que o Legislativo tem atuado na aprovação de iniciativas em favor das pessoas portadoras de deficiência.

Paulo Paim elogiou o trabalho do ator em favor dos portadores de deficiência e anunciou que, na próxima novela das 9h da TV Globo, *América*, Marcos Frota interpretará o papel de um cidadão cego.



**ECONOMIA** Superávit comercial de US\$ 30 bilhões e aumento do emprego animam Ideli Salvatti

## Ideli: crescimento responde às críticas de FHC

A líder do PT, Ideli Salvatti (SC), contestou as críticas do ex-presidente Fernando Henrique – que acusou o governo Lula de incompetência –, apresentando os números do crescimento do produto interno bruto (PIB) – 6,1% no terceiro trimestre de 2004 em relação a 2003, o maior desde 1995.

A senadora citou outros números da economia em 2004: superávit comercial de US\$ 30 bilhões de janeiro a novembro e desemprego em queda.

Ideli ainda requereu voto de louvor à Rádio FM Jangadeiro, de Brejo Santo (CE), por divulgar, diariamente, o nome dos beneficiários dos programas de transferência de renda.

## Ministro anuncia redução de impostos em 2005

O ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Nelson Machado, anunciou ontem, na Comissão Mista de Orçamento (CMO), uma redução da carga tributária para o ano de 2005. Segundo ele, a expectativa é de que o impacto com a redução dos impostos atinja o montante de R\$ 7,5 bilhões. Entre as alíquotas a serem reduzidas, conforme informou, está a do Imposto sobre a Propriedade Industrial (IPI) e sobre bens de capital. Durante os debates, a oposição quis saber os motivos de o governo não ter incluído na proposta orçamentária os recursos necessários para compensar, monetariamente, os chamados estados exportadores. Em resposta, Nelson Machado informou que os recursos não foram alocados porque não existe uma legislação específica que trata da matéria. Mas admitiu que a questão deverá ser resolvida nos próximos dias pelo ministro da Fazenda, Antonio Palocci.



**CRISE** Virgílio: prefeita permitiu acordo do PT com outros partidos para manter presidência da Câmara

## Virgílio acusa Marta de sabotar transição em SP

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), acusou a prefeita da cidade de São Paulo, Marta Suplicy, de sabotar a transição de governo para o prefeito eleito, José Serra, além de permitir articulação dos vereadores do PT com os de outros partidos para manter a presidência da Câmara dos Vereadores. Arthur Virgílio disse que Marta abandonou a transição e a própria cidade em um momento de crise administrativa e social, com enchentes e outros problemas urbanos.

## PSDB obstrui votações do Orçamento

O PSDB impediu ontem as votações da Comissão Mista de Orçamento, exigindo que o governo defina antes quanto os servidores públicos terão de reajuste no próximo ano e quais os recursos que a União destinará aos estados para compensá-los pela isenção de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) nas exportações (Lei Kandir).

Segundo o líder do PSDB na CMO, deputado Alberto Goldman (SP), os parlamentares de oposição esperam ainda que o governo libere para os estados cerca de R\$ 2,2 bilhões da Lei Kandir que constam do Orçamento deste ano. Lembrou que os governadores estão reivindicando para 2005 cerca de R\$ 9 bilhões de compensações, mas oficialmente não há nenhum recurso na proposta enviada ao Congresso. O relator-geral, senador Romero Jucá (PMDB-RR), informou que pretende destinar cerca de R\$ 3,4 bilhões para essa compensação.



**COBRANÇA** Mão Santa quer políticas sociais efetivas do governo federal para combater pobreza no Piauí

## Mão Santa dá nota zero para o Fome Zero

O senador Mão Santa (PMDB-PI) reclamou do governo federal a implementação de políticas sociais efetivas em seu estado para combater a pobreza. Ele leu matérias publicadas no jornal *O Diário do Povo*, do Piauí, que apontam o fracasso do programa Fome Zero.

– O Fome Zero tirou nota zero no Piauí – atacou Mão Santa, acrescentando que Guaribas, anunciada como “cidade-símbolo” do programa, tem enfrentado problemas como a falta de infra-estrutura básica.



**RECONHECIMENTO** Garibaldi destaca atuação do presidente da Infraero, Carlos Wilson

## Garibaldi agradece por aeroporto no RN

Garibaldi Alves (PMDB-RN) agradeceu ontem ao presidente da Infraero, Carlos Wilson, pela construção do novo aeroporto de cargas em São Gonçalo do Amarante, no Rio Grande do Norte. Segundo Garibaldi, trata-se de um dos oito mais modernos aeroportos do mundo em transporte de cargas, que utilizará o sistema de *gateway*.

Garibaldi Alves informou que a obra terá um investimento de R\$ 300 milhões apenas nas instalações físicas (pista e prédios).

# Mercadante: Plenário pode votar parcerias até quarta

■ CCJ adiou exame da matéria, previsto para ontem, mas firmou acordo para votação na próxima semana

O Projeto de Lei da Câmara 10/04, que regulamenta a contratação das parcerias público-privadas (PPPs), poderá ser votado em Plenário até quarta-feira. Acordo nesse sentido foi anunciado ontem pelo líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), durante reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O relator do projeto na comissão, senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), comprometeu-

se a elaborar até a próxima semana um parecer a respeito de quatro emendas apresentadas depois da última reunião da comissão, além de uma sugestão de emenda do senador Marco Maciel (PFL-PE).

A votação do parecer de Tourinho estava marcada para ontem, mas foi adiada a pedido de Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), em virtude da ausência de Tasso Jereissati (PSDB-CE), um dos principais negociadores do tema. A solicitação foi acolhida pelo presidente da CCJ, Edison Lobão (PFL-MA), que anunciou a votação da matéria na próxima semana.

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) demonstrou preocupação a respeito da definição, “com

maior clareza”, do fundo garantidor. Tourinho prometeu detalhar o tema.

## Cade

A CCJ debateu ainda a atribuição de competência ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) para prevenir e reprimir infrações contra a ordem econômica e contra a concorrência no âmbito do sistema financeiro. A medida, prevista no Projeto 212/03, de ACM, teve a votação adiada por pedido de vista.

Na discussão, Jefferson Péres (PDT-AM) opinou que o Banco Central está “inchado” e deveria ser o “guardião da moeda”. Tourinho e César Borges (PFL-BA) apoiaram o debate sobre a questão.



**INVESTIMENTOS** Osmar Dias, Mozarildo Cavalcanti e Eduardo Azeredo conversam com o ministro Luiz Fernando Furlan, em visita ao Senado

## Furlan defende a agência de desenvolvimento industrial

O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, visitou ontem o Senado para pedir apoio ao projeto da Câmara (PLC 48/04), originário do Executivo, que cria a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial. O líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), que conversou com Furlan, afirmou, em entrevista à Rádio Senado, que a Casa deve aprovar a proposta ainda este ano.

A proposição, que cria também o Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial, já foi aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), com parecer do senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR), e ainda depende do exame das Comissões de Educação (CE) e de Relações

Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Depois disso, será examinada pelo Plenário.

– Estamos vendo se conseguimos agilizar a tramitação e a aprovação (da agência), que seria mais uma estrutura nessa linha de impulsionar o investimento e o progresso científico e tecnológico do Brasil – disse Mercadante.

Para o ministro, que também concedeu entrevista, a agência “é de grande importância para a sustentabilidade e vai permitir mais investimentos para o desenvolvimento nacional”. Luiz Fernando Furlan também conversou com o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), que é o relator da matéria na CE, e com os presidentes da CE, senador Osmar Dias (PDT-PR), e da CRE, senador Eduardo Suplicy (PT-SP).



**ATRIBUIÇÕES** Comissão de Justiça também adiou votação sobre projeto que altera competência do Cade

## Ministro da Defesa será ouvido sobre uso comercial da Base de Alcântara

O senador Hélio Costa (PMDB-MG), presidente da Subcomissão de Ciência e Tecnologia da Comissão de Educação (CE), comunicou ao Plenário a apresentação de requerimento convidando o ministro da Defesa, José Alencar, para explicar à subcomissão as bases do novo Acordo de Salvaguardas Tecnológicas Brasil-Estados Unidos, que norteará o uso comercial da Base de Alcântara (MA).

Hélio Costa manifestou, em discurso ontem, sua preocupação com a defesa da soberania nacional, lembrando que o acordo somente poderá entrar em vigor depois de referendado pelo Congresso Nacional.

O texto do acordo anterior,



**DEBATE** Sugestão foi apresentada por Hélio Costa, presidente da Subcomissão de Ciência e Tecnologia

firmado entre os dois países durante o governo Fernando Henrique Cardoso, sofreu modificações substantivas no Congresso, uma vez que os congressistas alegaram haver ameaças à soberania nacional. Assim, o governo de Luiz

Inácio Lula da Silva decidiu retirá-lo de pauta e elaborar novo acordo.

## Federação comercial

Ainda em seu pronunciamento, Hélio Costa registrou os 66 anos de fundação da Federação do Comércio de Minas Gerais, parabenizando seu atual presidente, Renato Rossi, e lembrando com reverência a figura de seu fundador, José de Magalhães Pinto.

O senador aplaudiu a iniciativa da federação de editar uma publicação intitulada *Belo Horizonte e o Comércio em Cem Anos*, em parceria com a Fundação João Pinheiro, para resgatar a história da cidade, no ano em que completa seu primeiro centenário.



**DECISÃO** Parlamentares teriam palavra final sobre mudanças no Rio São Francisco, propõe José Jorge

## José Jorge quer crivo do Congresso na transposição

Ao considerar um grave erro o fato de a transposição de águas do Rio São Francisco, que atinge diretamente sete estados brasileiros, estar sendo analisada apenas por órgãos técnicos governamentais, o

senador José Jorge (PFL-PE) sugeriu ontem que a palavra final sobre o assunto passe pelo crivo do Congresso Nacional, em especial do Senado, que tem a função constitucional de defender a Federação.

– São os senadores e senadoras de todos os estados que devem apreciar esse tema de tão alta envergadura para a nação. Não podemos ficar à margem dessa decisão que está sendo tomada no âmbito do Executivo. Se esta Casa não assumir as iniciativas para a preservação do pacto federativo, seremos atropelados por outros Poderes – advertiu o senador.

Segundo José Jorge, especialistas consideram que, da forma como está sendo apresentada, a transposição beneficiará somente os grandes produtores agrícolas, em detrimento do consumidor residencial e do pequeno agricultor.



**ESTATÍSTICA** Alvaro destaca aumento de 18% nos registros de crimes anotados pela polícia civil

## Alvaro contesta afirmação de que violência diminuiu no país

Ao destacar alguns números relativos ao crescimento da criminalidade no Brasil, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) contestou ontem declarações do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, de que a campanha contra o desarmamento provocou uma contenção no aumento da violência no país.

O senador citou dados do próprio ministério, que, segundo os quais,

houve um aumento de 18% nos registros de crimes anotados pelas polícias civis no ano passado e que a taxa de crimes violentos contra o patrimônio em 2003, que incluem furtos, roubo e extorsão mediante seqüestro, foi de 484,1 ocorrências por 100 mil habitantes, "uma das mais altas do mundo e cerca de 15% maior que a de 2001". De acordo com as estatísticas apresentadas

pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), a cada dia 18 pessoas são assassinadas no Rio.

No Paraná, estado do senador, não é diferente. Ele disse que o recrudescimento da violência no estado é um retrato do que ocorre no restante do país. O tráfico de drogas e as disputas entre gangues rivais configuram uma realidade

cada vez mais alarmante na região metropolitana de Londrina, afirmou. Alvaro Dias destacou que em Cambé, Rolândia e Arapongas houve, até novembro, um aumento de 60% da violência. Em Ibiporã, foi de 100%.

– A explosão da violência nessas localidades, segundo autoridades policiais locais, é causada principalmente pelo agravamento do quadro social, em especial o desemprego.

## Sibá defende fortalecimento da reforma agrária

Sibá Machado (PT-AC) defendeu a proposta que tramita em fase final na Comissão de Justiça (CCJ) e estabelece que as famílias beneficiadas pela reforma agrária receberão o título da terra de concessão de uso. O senador lembrou que hoje a Constituição determina que os beneficiários receberão títulos de domínio ou de concessão de uso, isto é, há dupla opção. Para Sibá, a alternativa escolhida ao longo dos anos foi, na quase totalidade dos casos, a de título de domínio, "justamente a menos recomendável".

A proposta (PEC 59/03) de Sibá estabelece apenas uma opção, a de concessão de uso. O senador defendeu a alteração afirmando que a distribuição de títulos de domínio tem tornado a reforma agrária vulnerável a vários vícios, como o de beneficiários que alienam seus títulos logo após os receberem e voltam a pleitear lote em outro assentamento.



**PROPOSTA** Sibá quer evitar que beneficiários vendam a terra e voltem a reivindicar lote

# Jefferson levanta hipótese de intervenção no Rio

**Violência justifica, conforme o senador, convocação dos conselhos da República e de Defesa**

Os sucessivos e freqüentes episódios de violência urbana registrados no Rio de Janeiro levaram o senador Jefferson Péres (PDT-AM) a questionar se já não seria hora de uma intervenção federal no estado. Na sua opinião, os conselhos da República e de Defesa deveriam ser convocados para avaliar essa possibilidade, não em uma perspectiva de ação violenta, enfatizou o senador,

## Sérgio Cabral: crime afeta todas as grandes cidades brasileiras

O senador Sérgio Cabral Filho (PMDB-RJ) contestou o pedido de intervenção federal no Rio de Janeiro feito por Jefferson Péres.

– Agradeço e fico feliz com o interesse do senador, que é de outro estado, mas o Rio de Janeiro não precisa de intervenção federal, é um exagero do senador. A criminalidade é um problema de todas as grandes cidades brasileiras – disse.

Sérgio Cabral deu o exemplo de São Paulo, na qual a mãe do jogador de futebol Robinho, do Santos, foi seqüestrada em



**MEDIDAS** Para Jefferson, é preciso evitar que o crime organizado atue como poder paralelo ao do Estado

mas de saneamento do aparelho policial, de desmonte das quadrilhas de narcotraficantes e de contrabando de armas, e

de montagem de um serviço de inteligência.

Para Jefferson, a intervenção não representaria a cassação do mandato da governadora Rosinha Matheus, que foi eleita e, portanto, tem legitimidade para exercer o cargo. Levaria apenas ao seu afastamento temporário, por um ou dois anos, até que as medidas propostas fossem implementadas. Segundo advertiu, hoje o crime organizado atua no Rio de Janeiro como um poder paralelo ao do Estado.

– É um câncer que está reduzindo a cidade a uma espécie de símbolo da desigualdade social e de suas seqüelas – afirmou.



**DESABAFO** "Violência tem a ver com a entrada de drogas no país pelas fronteiras abandonadas", diz Cabral

Justiça para um encontro com as autoridades fluminenses, mesmo que o resultado tenha sido apenas um "pífio" repasse de R\$ 10 milhões para a área de segurança.



**RESPOSTA** Ofensas contra ministro do STJ provocaram onda de solidariedade, afirma Lobão

## Lobão registra manifestação de apoio a Vidigal

Ao registrar que no último sábado o conselheiro nato da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Rubens Approbato Machado, fez uma saudação de desagravo ao ministro Edson Vidigal durante a 29ª Reunião de Presidentes de Subseções da OAB-SP, o senador Edison Lobão (PFL-MA) comentou que as ofensas contra Vidigal, hoje ministro do Superior Tribunal de Justiça, provocaram protestos contra os detratores e uma grande onda de solidariedade ao magistrado.

Segundo Lobão, Rubens Approbato definiu Vidigal como "homem firme, corajoso, que decide com independência e que sabe que o Judiciário é um Poder, não um departamento de outro Poder". O senador destacou que, logo após o depoimento de Approbato, Edson Vidigal foi aplaudido de pé.

Em aparte, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) também solidarizou-se com Edson Vidigal.

## Saturnino aponta falta de vontade política em relação à Varig

O senador Roberto Saturnino (PT-RJ) disse ontem que, a exemplo do que ocorre com o problema da violência no Rio de Janeiro, está havendo desatenção por parte do governo federal com o problema financeiro da Varig. Segundo ele, a empresa aérea precisa de empréstimo de curto prazo, que seria totalmente viável, para superar a

crise em que se encontra, mas não há vontade política para a liberação desse financiamento.

– A Varig é considerada pelo povo do Rio de Janeiro como uma empresa carioca. É um símbolo amado e respeitado por todos os brasileiros. A Varig tem longa e rica história. São quase cem anos prestando enormes serviços ao país e a outras empresas

quando estavam se constituindo, como a Embraer, a Infraero e a BR Distribuidora. Agora, só precisa de vontade política. É o que estamos cobrando aqui – afirmou.

Saturnino lembrou ainda que a Varig usufrui uma condição especial, pois detém a propriedade de todo o seu patrimônio. Além disso, prosseguiu o senador, a empresa

tem uma administração democrática e, apesar das críticas, índices de gestão que se comparam aos das melhores empresas aéreas do mundo. Ele acrescentou que a Fundação Rubem Berta – que administra a Varig – está disposta a abrir mão do domínio da empresa, desde que seja entregue a um controle público.



**SOLUÇÃO** Para Saturnino, empresa aérea precisa apenas de um empréstimo de curto prazo



**ESPECIALISTAS** A senadora Patrícia Saboya e a deputada Maria do Rosário coordenam a reunião da frente parlamentar que debateu documento da ONU

## ONU recomenda prioridade "máxima" para as crianças

As recomendações do Comitê dos Direitos da Criança das Nações Unidas, formuladas depois que o governo brasileiro encaminhou, em setembro último, o primeiro relatório sobre a aplicação da Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC), foram apresentadas ontem em reunião da Frente Parlamentar da Infância. Entre as recomendações, está a de que o Brasil "considere matéria de prioridade máxima todas as medidas necessárias para impedir o assassinato de crianças, investigar plenamente cada caso dessas sérias violações dos direitos da criança, trazer os perpetradores para a Justiça e prover a família das vítimas com apoio e compensação adequados".

Em documento de outubro passado, o comitê observa que "dramáticas desigualdades" dificultam o progresso para a realização plena dos direitos consagrados na convenção. E

recomenda que o Estado inclua no próximo relatório informações sobre o número de casos de tortura ou tratamento desumano ou degradante de crianças, entre outras sugestões.

A coordenadora da frente, senadora Patrícia Saboya (PPS-CE), informou que os líderes partidários comprometeram-se a aprovar propostas elaboradas pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da Exploração Sexual. O médico argentino Norberto Liwski elogiou a autocrítica das autoridades brasileiras. Já Ricardo Sousa, da organização não-governamental sueca Save the Children, destacou a responsabilidade do governo e da sociedade civil de responderem às recomendações do comitê. A representante do Unicef no Brasil, Marie Pierre, afirmou que a questão da violência nas escolas, nas famílias e nas instituições penais precisa ser tratada imediatamente.

## CAS aprova audiência para esclarecer política de saúde

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) realizará audiência pública com o médico sanitário Gastão Wagner de Sousa Campos, ex-secretário executivo do Ministério da Saúde. A intenção do autor do requerimento aprovado ontem, senador José Jorge (PFL-PE), é que Campos preste esclarecimentos sobre declarações dele publicadas no jornal *O Estado de S. Paulo*, em que diz que o ministério "faz tudo pelo marketing" e que "desrespeita as diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS)".

Também subscreveram o requerimento os senadores Pápaléo Paes (PMDB-AP) e Lúcia Vânia (PSDB-GO). A entrevista ao jornal foi publicada no últi-

mo dia 25 e torna públicas as divergências entre Campos e o ministro da Saúde, Humberto Costa.

Entre as acusações está a de que as políticas públicas do ministério são definidas pela área de *marketing* e não pelos técnicos e que a área de saúde foi usada para as últimas eleições municipais.

O médico disse ainda que há desrespeito ao SUS quando o ministério decide concentrar as decisões de compra. O ex-secretário afirmou também que o ministro Humberto Costa usa a máquina de governo para promover futura candidatura ao governo estadual. O senador quer apurar as denúncias e aprofundá-las.

# Projeto regula descarte de remédios vencidos

**Fabricantes e distribuidores vão responder pela destinação final de medicamentos**

Os fabricantes e distribuidores de medicamentos e cosméticos com prazo de validade vencido passarão a ter responsabilidade pela destinação final dos produtos, segundo determina o projeto de autoria do senador Luiz Pontes (PSDB-CE), que recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e será agora examinado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

De acordo com o projeto (PLS 125/00), caberá ao responsável técnico pelo serviço de farmácia onde ocorrer o vencimento do prazo de validade a comunicação do fato, por ofício, ao distribuidor ou ao fabricante de quem adquiriu os produtos, para que estes promovam o seu recolhimento e destinação final adequada. A destinação



**REGULAMENTO** Projeto de Luiz Pontes obriga farmácia a notificar fabricante sobre produto vencido

inadequada dos produtos ou seu abandono em vias públicas, ainda segundo a proposta, serão punidos de acordo com a lei de crimes ambientais.

Também recebeu parecer favorável da comissão substitutivo elaborado pelo senador Sibá Machado (PT-AC) ao projeto que obriga o proprietário de veículo autuado por multa a cientificar formalmente o condutor, quando houver vínculo trabalhista entre eles, pelo menos 20 dias antes do vencimento do prazo de recurso. Caso contrário, não

poderá transferir ao empregado o ônus do pagamento. Segundo Sibá, o projeto (PLC 96/01) assegura a todos que dirigem veículos sob vínculo empregatício a oportunidade de apresentar recurso contra multas que julguem indevidas.

Obteve ainda parecer favorável da CCJ o projeto (PLC 12/04), relatado pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS), que estabelece novos critérios de atribuição do valor de causa no Código de Processo Civil. O valor da causa, quando o litígio tiver por objeto bem imóvel, será o da estimativa fiscal de lançamento do imposto territorial ou predial, ou, se não puder ser aplicado esse critério, a medida do benefício patrimonial pretendido pelo autor, "em sua proporção".

A comissão acolheu também, como pauta extra, o projeto de resolução (17/04), de autoria do senador Valdir Raupp (PMDB-RO), que regulamenta a concessão de estágio remunerado a estudantes universitários nos gabinetes do Senado. O projeto vai à Comissão de Educação.

## No Congresso, adolescentes distribuem folder sobre doença

Cem adolescentes estudantes do 2º e 3º anos do Centro Educacional 6 da cidade-satélite de Taguatinga (DF) visitaram o Congresso ontem. Durante a visita, que é uma iniciativa do Ministério da Saúde, como parte da campanha do Dia Mundial de Luta contra a Aids, os jovens distribuíram um *folder* e um *pin* para os parlamentares da Casa. Neste ano, o foco central da mobilização é a prevenção da contaminação em mulheres.

O coordenador do programa de Doenças Sexualmente Transmissíveis – DST/Aids – do Ministério da Saúde, Pedro Chequer, disse que um dos motivos da visita é a necessidade de sensibilização de senadores e deputados pela luta contra a Aids. Ele considera essencial a conscientização da população como forma de prevenção contra a doença.

Pedro Chequer lembrou que foi o senador José Sarney (PMDB-AP) quem apresentou e conseguiu aprovar a Lei 9.313/96, que autorizou o Ministério da Saúde a disponibilizar gratuitamente os medicamentos específicos aos portadores de Aids.

## Campanhas contra Aids devem focar a mulher, pede Eduardo

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) disse ontem que as políticas de combate à Aids devem ser focalizadas na mulher, seguindo as mais recentes estatísticas que indicam uma proliferação maior do vírus HIV entre o sexo feminino. Atualmente, elas são quase metade das vítimas, contra menos de 10% há cerca de 15 anos. Eduardo Siqueira Campos subiu à tribuna do Senado para saudar a passagem do Dia Mundial de Luta contra a Aids.

Ele aproveitou para destacar os avanços brasileiros no combate à doença, mas salientou a necessidade de que o governo não permita o afrouxamento do programa de distribuição de medicamentos aos infectados.

– De acordo com as previsões da ONU, o Brasil teria 1 milhão de infectados em 2000. Mas, graças ao programa brasileiro de combate à Aids, esse número chegou a 600 mil. Temos que ressaltar o trabalho do ex-ministro José Serra, que implantou o programa de distribuição



**PREVENÇÃO** Eduardo saúda da tribuna a passagem do Dia Mundial de Luta contra a Aids

do coquetel anti-Aids – disse Eduardo Siqueira Campos.

O senador tocantinense afirmou que o avanço da Aids entre as mulheres representa mais uma forma de violência a que elas são submetidas. Ele foi apoiado nesse ponto pela senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), para quem a sociedade machista dificulta o combate à doença.

Eduardo Siqueira Campos defendeu – se necessária para garantir o abastecimento do coquetel anti-Aids – a quebra de patentes.



**DEBATE** Entre as atrizes Maria Padilha e Nathalia Thimberg, Osmar Dias preside encontro da Comissão de Educação em busca de soluções para a crise vivida pelo setor artístico

## Audiência pública: o teatro pede socorro

■ "O teatro tem que ser visto como uma das artes fundamentais", afirma Nathalia Thimberg

O secretário de Fomento e Incentivo à Cultura do Ministério da Cultura, Sérgio Xavier, assegurou ao presidente da Comissão de Educação, senador Osmar Dias (PDT-PR), que será enviado ao Congresso, em 2005, o projeto de reforma da legislação de incentivo à cultura. A garantia foi dada ontem na reunião da Comissão de Educação (CE) que discutiu com

profissionais da área a crise que enfrenta o teatro brasileiro.

Osmar Dias lembrou que, por se tratar de matéria tributária, o projeto, se aprovado pelo Congresso, somente entrará em vigor em 2006, último ano do governo Lula. Caso o ministério não encaminhe a proposta, ele observou que a própria comissão poderá apresentá-la.

– É muito pouco tempo de planejamento para pouco tempo de execução. A não ser que o governo esteja confiante na reeleição – avaliou Osmar.

Os produtores teatrais Eduardo Barata e Nilson Raman, e o empresário do setor, Wilson Rodrigues, disseram acreditar

que a demora do Ministério da Cultura para enviar ao Congresso as alterações nas regras do incentivo cultural paralisou os investimentos no setor. De acordo com Raman, as empresas não estão investindo em produções artísticas com medo de que mudanças na legislação comprometam seus recursos.

Nas quase quatro horas de audiência, os profissionais solicitaram ações imediatas do Executivo para fazer frente à crise do setor. Maria Padilha afirmou nunca ter vivenciado momento tão ruim para a área. A crise atual, com a queda de renda da classe média, está, segundo ela, impossibilitando

até mesmo a manutenção básica da atividade.

Nathalia Thimberg salientou que o teatro não pode ser tratado como arte de segunda categoria: "Se um país tem responsabilidades culturais, o teatro tem que ser visto como uma das artes fundamentais, porque é ali que se discute o homem e a sociedade diretamente".

Diversos artistas também deram seu depoimento sobre a situação do setor em vídeo transmitido durante a reunião da CE. Muitos deles, como Fernanda Montenegro, ressaltaram o grande desemprego que atinge os profissionais das artes cênicas. Marieta Severo

disse não se lembrar, em 40 anos de profissão, de momento em que o teatro tenha estado tão ameaçado.

### Distribuição de recursos

Os participantes da audiência cobraram do representante do Ministério da Cultura dados oficiais sobre a destinação dos valores captados para a área cultural. Xavier destacou que todos os números estão na página do ministério na Internet desde março, mas que os enviará ao Senado até o dia 16.

Dados do ministério apontam recorde de captação em 2003 – cerca de R\$ 422 milhões, o que representa R\$ 82 milhões a mais que no ano anterior.

## Produtores apresentam receita para o drama

Na audiência pública realizada ontem pela Comissão de Educação, foram apresentadas sugestões para que o teatro brasileiro supere a crise atual, como a criação de uma agência nacional do teatro que defina o marco regulatório do setor, reivindicada pelo produtor Eduardo Barata. Ele propôs ainda a elevação da alíquota de dedução do Imposto de Renda, de 4% para 10%, nos estados do Norte e Nordeste, e para 6% nas regiões Sul e Sudeste, para que pequenos e médios empresários possam participar dos incentivos da Lei Rouanet.

O produtor sugeriu estudos para que a Caixa Econômica Federal (CEF) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) financiem produções teatrais a juros menores do que os praticados no mercado.

Nilson Raman, também pro-

ductor de teatro, quer o enquadramento das produtoras no Sistema Simplificado de Pagamento de Impostos (Simples) e revisões na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para contemplar os contratos temporários de trabalho necessários no setor. Os dois produtores solicitaram alterações na Lei Rouanet para corrigir o que consideram distorções, como a atual possibilidade de as empresas que se beneficiam da dedução do Imposto de Renda direcionarem recursos para financiar projetos próprios. Eles pediram o fim da permissão de concorrência aos recursos da lei entre entidades ligadas ao setor público e produtores independentes.

O secretário de Fomento e Incentivo à Cultura do Ministério da Cultura, Sérgio Xavier, afirmou que o ministro Gilberto Gil está atuando em várias frentes na busca de solução para os

problemas do setor.

Ele ressaltou que o ministério está sendo reestruturado, o que inclui a criação de conselho deliberativo para aprovar os projetos a serem contemplados pelo Fundo Nacional de Cultura. O ministro, segundo informou Xavier, lançou, há cerca de um mês, câmaras setoriais, sendo uma para as artes cênicas.

O senador José Jorge (PFL-PE) disse ter a impressão de que a pasta "está montando uma estrutura burocrática digna da União Soviética antiga". Juvêncio da Fonseca (PDT-MS) pediu o engajamento do Executivo na superação da crise do setor. Também participaram dos debates Valdir Raupp (PMDB-RO), Fátima Cleide (PT-RO), Cristovam Buarque (PT-DF) e Eduardo Suplicy (PT-SP). Estavam presentes ainda os atores Ary Fontoura, Lúcia Veríssimo, Giulia Gam e Beth Goulart.



**RESTAURAÇÃO** Lúcia Rocha, mãe de Glauber, conversa com Sarney sobre o lançamento da cópia, em sistema digital, de *Terra em Transe*

## Sarney recebe Marcos Frota e a mãe do cineasta Glauber Rocha

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem Lúcia Rocha, mãe do cineasta Glauber Rocha, que está em Brasília para o lançamento da nova cópia, restaurada em sistema digital, de *Terra em Transe*. O trabalho de restauração foi feito pela filha do cineasta, Paloma Rocha.

Sarney recebeu ainda o ator Marcos Frota, que apresenta amanhã, numa lona de circo montada na Esplanada dos Mi-

nistérios, o espetáculo *Somos todos Brasileiros*, com artistas deficientes. Frota também esteve com o vice-presidente da Casa, Paulo Paim (PT-RS), autor do projeto do Estatuto da Pessoa com Deficiência. O ator informou que, além de interpretar um cego na próxima novela de Glória Peres, está engajado na Campanha da Fraternidade para 2006, que terá como tema as pessoas portadoras de deficiência.